

O Aeroporto da Ventosa

Em entrevista publicada no Diário de Notícias de 23 de Julho de 2003, os Presidentes das Juntas de Freguesia da Ventosa e de Vila Verde dos Francos reivindicavam áreas industriais, vias rápidas e construção civil para “*permitir um desenvolvimento mais acelerado*” e porque “*as pessoas mudam para onde há fábricas e empregos*”. Afirmaram ainda que o principal problema é a REN e a RAN, e que os índices de construção deviam ser quatro vezes mais que o permitido.

O que pode levar estes homens com responsabilidades políticas e administrativas a utilizar um discurso serôdio, abandonado no final dos anos setenta? Será assim tão difícil perceber que o modelo imposto ao Carregado, e que hoje é um paradigma do que não se deve fazer em termos de desenvolvimento, não serve para a Ventosa ou para Vila Verde dos Francos? A ruralidade será assim um peso tão grande que conduzirá irremediavelmente ao atraso e ao sub-desenvolvimento? E as zonas industriais serão garantes de emprego e desenvolvimento? Será que as pessoas ainda “mudam para onde há fábricas” como afirma o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde dos Francos?

A noção de desenvolvimento que a Europa e o mundo adoptaram nos dias de hoje é muito diferente daquela que estes autarcas defendem na entrevista que deram. Não se mede pela quantidade de euros no bolso, mas pelo bem-estar e qualidade de vida das populações. Um modelo de desenvolvimento que afasta a teoria da “galinhas dos ovos de ouro” e se baseia na utilização sustentável dos recursos de cada região. Importa garantir o bem-estar das futuras gerações e não apenas das presentes.

As condições naturais e a localização da Ventosa ou de Vila Verde dos Francos não são um problema mas a solução. A valorização destes recursos é possível e viável em termos económicos. Há exemplos de apostas bem sucedidas no desenvolvimento rural do outro lado da serra. Porque não se valoriza a vinha, a agricultura biológica, os produtos regionais (artesanato, gastronomia, etnografia...), o turismo da natureza e do espaço rural, aproveitando as potencialidades da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto? Porque não se aposta na recuperação e reabilitação do parque urbano das aldeias em vez de exigir mais espaço para as negociatas das imobiliárias? Porque não se reivindicam melhoria das condições na saúde, saneamento básico, educação, desporto e cultura?

A verdade é que estes autarcas tentam defender o melhor que sabem as populações que representam. Se não o fazem da melhor maneira é porque até hoje nunca se debateu no nosso concelho um modelo e uma estratégia de desenvolvimento. Nunca se organizaram seminários ou encontros de autarcas que permitissem capacitar os decisores para as decisões que tem que tomar, actualizando as suas perspectivas. A falta de informação é quase um crime nos dias que correm, e sem dúvida um grande obstáculo ao desenvolvimento.

Depois vem o álbi do costume – o Aeroporto da Ota. Uma espécie de poção do Asterix. Afirmo o presidente da Junta da Ventosa que “com a vinda do aeroporto há uma série de infra-estruturas de construção civil que estão programadas, das quais iremos beneficiar”. Mas quais? É que o aeroporto ainda nem tem projecto, nem estudo de acessibilidades, nem viabilidade ambiental e económica garantida. O que sabe o senhor Presidente? A que construção civil se refere? Deixem esse papel de promoção da construção civil, dos parques industriais e das vias rápidas por encomenda, para os interesses reunidos em consórcios de bancos, construtores e imobiliárias. Fica muito mal nos autarcas e pessimamente em presidentes de junta.

Se realmente construírem as fábricas e as auto-estradas na Ventosa e em Vila Verde, pelo menos devolvam as vinhas, as cearas e os arrozais ao Carregado. Os carregadenses agradecem.

José Carlos Morais

Presidente da Alambi e Membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável